



**Instituto Universitário de Lisboa**

Departamento de Sociologia

# A Influência dos *Media* na Participação Eleitoral dos Jovens em Portugal

Maria Bárbara da Cruz Perez Gonçalves Sequeira

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação,  
Cultura e Tecnologias de Informação

Orientador:  
Professor Doutor Pedro Pereira Neto  
,  
Professor auxiliar convidado do ISCTE-IUL

Setembro, 2015

## **i. Agradecimentos**

Gostava de agradecer a todos aqueles que ao longo destes dois anos me incentivaram a levar esta dissertação avante, me apoiaram nos momentos de dúvida e se interessaram por todo o processo de escrita e desenvolvimento das ideias aqui expostas.

Quero, por isso, deixar um agradecimento especial aos meus pais, à minha irmã e ao Tiago, com quem pude debater ideias e encontrar novos ângulos sobre esta temática. Foi neles que encontrei um apoio incondicional, desde o início desta jornada. Foram quem me deu força para continuar a trabalhar. Gostaria de agradecer igualmente a todos os meus amigos que mostraram tanto interesse em saber mais sobre esta temática, pelas conversas e trocas de opiniões.

Agradeço em especial ao Professor Doutor Pedro Pereira Neto, meu orientador, pelo acompanhamento e debate de ideias e por me ter guiado ao longo destes dois anos, onde sempre senti a sua confiança nas minhas capacidades académicas.

A realização desta dissertação reforçou a minha paixão pela área e pela investigação, tendo-se revelado uma experiência penosa mas muito gratificante.

Por fim, gostaria de dedicar esta dissertação à minha avó Albertina, que acompanhou até ao fim o meu percurso académico e cultivou em mim a curiosidade e o gosto pela leitura e pela escrita. Estou certa que este momento a faria feliz.

## ii. Resumo

Nesta dissertação analisamos a relação entre os jovens portugueses e a participação política institucional, nomeadamente no caso das eleições. Consideramos igualmente interessante compreender de que forma a sua constante exposição aos *media* influencia o seu processo participativo e se os mesmos procuram outro tipo de alternativas participativas fora do contexto institucional ou se afirmam uma atitude de total afastamento face à esfera política.

Em primeiro lugar, fazemos uma reflexão sobre o trabalho teórico referente à participação política, focando, posteriormente, nas gerações mais jovens, procurando perceber como a evolução socioeconómica e tecnológica, associada à crescente saturação mediática, afeta a perceção dos mais jovens relativamente ao seu papel como actores no processo participativo. Para isso, utilizamos dados nacionais referentes às últimas décadas, bem como estudos internacionais que nos facultarão importantes dados estatísticos, permitindo situar o comportamento dos jovens portugueses face aos restantes países europeus.

De forma a comprovar os dados existentes, a opção recaiu sobre um método qualitativo, tendo sido levadas a cabo doze entrevistas com jovens portugueses entre os 18 e os 27 anos. Todos os entrevistados são residentes no distrito de Lisboa, encontrando-se divididos entre universitários e não universitários, alguns dos quais militantes activos de partidos políticos.

**Palavras-chave:** participação política, processo eleitoral, *media*, jovens, Portugal.

## Abstract

In this work we aim to analyze the relation of the Portuguese youngsters with their act of political participation, focusing the elections scenery. It is very important for us to understand in what way *media* shape their political reasoning / options and, consequently, their ultimate decision on their political choice or, as alternative, if they choose others rather than the institutional forms or even if they assume an attitude of indifference.

Having the studies already made within this field of research as basis, we develop, then, our work focusing on the younger generation and their relation with socioeconomic and technological development and analyzing how the increasing amount of information may have been affecting their perception on their role as active participants. We gathered data related to the last decades as well as studies made internationally, aiming an accurate final work within European context.

Thus, the quantitative method of research seemed to us the best way to reassure our thesis. In this way, 12 Portuguese youngsters between 18 and 27 years of age were interviewed within Lisbon area. Their proficiency is University and Secondary studies; some of them are party active.

**Key words:** political participation, elections, *media*, youth, Portugal.

### iii. Índice

|   |    |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO .....   | 6  |
| 2. CAPÍTULO I – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM DEMOCRACIA .....                       | 7  |
| 3. CAPÍTULO II – OS MEDIA E PARTICIPAÇÃO .....                                  | 11 |
| 4. CAPÍTULO III .....   | 17 |
| 4.1. A ALTERAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA DAS NOVAS GERAÇÕES .....                   | 17 |
| 4.2. RELAÇÃO DO FACTOR IDADE COM O ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO<br>POLÍTICA..... | 18 |
| 5. CAPÍTULO IV – <i>POLITICAL DISSAFECTION</i> .....                            | 22 |
| 6. CAPÍTULO V .....   | 25 |
| 6.1. HIPOTÉSES E METODOLOGIA .....  | 25 |
| 6.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....  | 27 |
| 7. CONCLUSÕES.....  | 31 |
| 8. BIBLIOGRAFIA.....  | 34 |

#### **iv. Índice de Figuras**

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 - Caracterização dos entrevistados..... | 26 |
| Figura 2 - Dimensões de análise.....             | 27 |

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente o estudo referente à participação política dos jovens tem-se focado, essencialmente e a nível global, na relação dos mesmos com as novas tecnologias e com a forma como as gerações se envolvem e aproveitam esse desenvolvimento como meio de participação, expressão e interação política. Essa abordagem tem sublinhado principalmente outras formas de participação política, consideradas não institucionais, como reflexo da evolução da participação política democrática num sentido holístico. No entanto, o foco nas eleições enquanto forma de participação política por parte dos jovens continua a ser pertinente uma vez que, ao ser uma forma de participação institucional tradicional, é possível recolher dados quantitativos de uma forma mais precisa, possibilitando também uma análise comparativa que, numa lógica temporal, abrange os quarenta anos da democracia nacional.

Apesar de tudo, e precisamente por se tratar de uma forma institucional de participação a sua associação aos jovens, tem sido preterida a favor de formas de participação consideradas não-institucionais. Nesse sentido, é importante lembrar que é impossível dissociar a primeira da segunda forma de participação, tendo em conta a saturação mediática e tecnológica da actual realidade dos eleitores jovens, muitos dos quais não têm memória de uma vida para além do digital e das relações instantâneas e globais. Os processos institucionais não estão, por isso, estagnados no tempo, tendo acompanhado o desenvolvimento tecnológico, ao mesmo tempo que os seus resultados se podem também associar à forma como indivíduos têm, hoje em dia, de adquirir informação através dos meios de comunicação tradicionais e alternativos.

Para além disso, ainda que as eleições se mantenham como um dos aspectos mais reveladores do engajamento participativo dos cidadãos, revelador da estrutura do sistema político em si e do envolvimento com os governos, é interessante perceber de que formas a evolução da cultura política levou os jovens cidadãos a encontrar alternativas quando escolhem não recorrer ao voto ou se, por outro lado, a ausência participativa engloba todas as formas institucionais e não-institucionais.

O afastamento participativo dos jovens portugueses constitui, assim, um desafio para as estruturas políticas tradicionais, uma vez que esta é a geração que no futuro virá a garantir a sobrevivência das mesmas. É necessário, portanto, uma revisão das estratégias de forma a incluir e recuperar a confiança dos jovens na eficácia dos partidos na representação dos seus interesses.

## 2. CAPÍTULO I – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM DEMOCRACIA

Conceptualmente, a participação é tida como uma variável dependente “da possibilidade objectiva” – respondendo ao sistema e à cultura política de determinada sociedade - e da “vontade subjectiva” de participar no processo (Braga Cruz, 1985-89).

No entanto, segundo Robert Dahl (2000), a participação é uma das duas dimensões que caracterizariam os sistemas políticos numa escala cujos extremos seriam as hegemónias e as poliarquias. Ao mesmo tempo, vários autores como Rokkan, Pizzorno ou Tocqueville a referem como importante para a consolidação dos estados-nação e manutenção da soberania popular, pressupondo a representação livre do indivíduo. A própria participação é tida como um contributo para a “democratização da democracia” (Giddens, 2002 *apud* Jenkins, Carpentier, 2013).

Carpentier propõe também que se olhe para a participação através da perspectiva da teoria político-democrática de Pateman (1970) que define participação total, enquanto expoente máximo do conceito, como um processo em que os indivíduos têm igual poder no processo de tomada de decisão. Este conceito não deve ser tomado como objectivo último mas apenas como ponto de referência máxima que permitirá fazer uma avaliação crítica e comparativa das diferentes formas de participação.

Deve, contudo, considerar-se por participação não só aquela que tem como finalidade e se processa através de meios directamente políticos – como acontece no caso das organizações e partidos políticos - mas também a que, através de outro tipo de organizações e coletividades, não tem fins prioritariamente políticos; esta é determinante na influência no processo político. Exemplo disso são os grupos sociais ou profissionais e os grupos culturais de vários foros. (Braga Cruz, 1985-89).

Esta evolução conceptual tem em conta o que vai para além da esfera do político, sendo que a sociedade actual apresenta características de complexidade e fragmentação distintas das sociedades tradicionais ao longo da História, envolvendo outros sistemas como o económico ou mediático (Carpentier, 2013) com tanta influência para os indivíduos que não podem ser ignorados numa perspectiva de participação.

Por sua vez, o problema da participação é simultaneamente um problema de consenso e um problema de igualdade; por um lado representa o Estado de soberania popular e a sua procura pelo consenso através da interacção entre a população e as instituições que regem a sociedade, por outro, também se assume como uma forma de batalhar pela igualdade que o conceito de democracia sugere, socorrendo-se da organização colectiva de indivíduos que agem sobre uma estrutura de desigualdades, questionando-a (Braga Cruz, 1985-89). Quando se fala em défice democrático, referimo-nos, portanto, a uma situação onde se considera que as práticas e decisões das instituições, das organizações democráticas e dos governos falham o cumprimento dos princípios da democracia; neste caso específico a nível da inclusão da opinião pública nas políticas públicas, existe um hiato entre ambas (Chomsky, 2006).

No entanto, para que esse envolvimento aconteça, um sistema democrático eficaz deve estar munido de meios e oportunidades de participação, acessíveis aos cidadãos, seja através das instituições

democráticas ou em grupos de pressão, mediante ações como voto, afiliação, comparência em eventos políticos ou através de outras actividades políticas nacionais ou locais, bem como a oportunidade de comunicar eficazmente com os seus representantes (Gomes, 2008). O desenvolvimento destas actividades ajuda a criar um significado pessoal e social da ideia de democracia, devendo apresentar um certo fator de garantia, de forma a serem incorporados pelos indivíduos como normal, parte da cultura cívica (Dahlgren, 2006).

Também Almond e Verba (1963) se referem à participação política dos indivíduos como determinante e fundamental do sistema político, distinguindo os regimes democráticos dos totalitários através da sua cultura de participação. Igualmente, os totalitarismos distinguem-se dos regimes ditatoriais precisamente pela sua preocupação com a participação. As diferentes intensidades participativas permitem distinções entre cidadão participativo e participação de súbdito e serve também como forma de avaliar o próprio sistema político. Assim, o conceito de participação existe nos regimes totalitários, todavia é apenas uma participação passiva, sendo que o regime conta com ela enquanto reforço da sua legitimidade. (Braga Cruz, 1985-89) Note-se que não deixa de existir participação ativa, contudo não é eleitoral nem considerada legítima a nível institucional. Com isto entende-se que a participação não depende apenas das estruturas políticas que o sistema disponibiliza, mas também da cultura política fomentada que vai determinar a informação disponível e, conseqüentemente contribuindo para definir o interesse político dos indivíduos. A conjugação de diferentes características leva a diferentes tipos de comportamento participativo. “Por outras palavras, a participação é função não só da integração e da mobilização política, como também da informação e do interesse político” (Braga Cruz, 1985-89:1071)

Para uma grande parte dos autores, um dos componentes mais importantes do envolvimento político e desenvolvimento de um sentido cívico é a literacia política. A ideia defendida é a de que níveis elevados de conhecimento cívico se correlacionam com taxas mais altas de participação política. Estes resultados têm vindo a ser demonstrados através de inquéritos internacionais que sugerem que os países que apresentam uma maior percentagem de afluência às urnas são também aqueles que têm maiores taxas de conhecimento político por parte dos cidadãos (Milner 2005 *apud* Westheimer e Llewellyn 2009).

Mesmo quando Almond e Verba (1963) iniciaram o estudo sobre a cultura política nos meados do século XX, de todas as variáveis analisadas aquela que apresentou uma mais forte relação com as atitudes políticas foi a educação. Após uma análise mais detalhada do tema, os mesmos autores, considerando as diversas variáveis sociodemográficas, entendem que a educação tem um papel fundamental, ainda que admitissem que ela possa manipular a própria atitude dos cidadãos perante a Política. Contudo, segundo os autores, “a grande vantagem da educação é que, capacidade que possam levar anos para desenvolver pela primeira vez, podem ser transmitidas muito mais facilmente sempre que haja alguém que as transmita” (Verba & Almond, 1966 [1963]: 370). É, portanto, uma percepção que tem de ser estimulada; não é inata; resulta de uma socialização e interação comunitária. Marshall



(1967), aponta também a educação como indispensável à efetivação do conceito de cidadania e consequente relacionamento com a vida política. Este pressuposto acompanha os estudos sobre a participação política até aos dias de hoje, sendo que autores contemporâneos como Morales (2009) reforçam que a aquisição de um nível mínimo de informação e interesse político é um dos pré-requisitos fundamentais para o envolvimento em qualquer acção do foro político, seja ela institucional ou alternativa.

Nieminen (2006) refere que quanto maior for o grau de educação dos cidadãos mais homogêneo é o seu imaginário social e, conseqüentemente a sua base de conhecimento cívico e político. Por outro lado, o autor foca um outro aspeto que ajuda a compreender de que forma muitos jovens encontram obstáculos à participação, ainda que disponham de meios institucionais para o fazerem; o significado da linguagem e da cultura que, ainda que tenha uma certa ligação com a educação, engloba questões que a ultrapassam na sua compreensão formal. Os membros de uma comunidade minoritária, seja linguística ou cultural, não têm acesso ao mesmo imaginário social e base de conhecimento associado à cultura política que a maioria da comunidade tem e vice-versa. Este aspeto pode causar o afastamento de uma experiência de cidadania “total” pois grande parte dos valores de uma cultura ou sociedade são adquiridos através de um processo de socialização não-cognitivo silencioso e dificilmente são, por isso, transmitidos de uma maneira formal através dos currículos escolares ou de um manual. Isso significa que muitos assuntos referentes à esfera pública apenas são completamente compreendidos em toda a sua extensão pelos cidadãos que partilham o mesmo conhecimento social e político referente a esse assunto. Acresce ainda, a dificuldade na compreensão do mesmo assunto de forma igual por todos os cidadãos; a razão está, não só nos níveis de educação formal e ativa mas também na base cultural de cada um, característica esta que pode assumir o papel de obstáculo participativo, ou seja, pode assumir uma forma de marginalização por parte do sistema político, se as elites apenas se focaram nas questões referentes à maioria dos cidadãos ou a cidadãos com determinadas características.

Relativamente à falta de interesse em participar, cada vez mais associada às gerações mais novas, pode ser tanto consciente como inconsciente. Muito frequentemente está relacionada com a referida falta de informação ou a uma compreensão limitada sobre o que se passa na esfera pública – seja a nível da educação formal ou da compreensão dos valores maioritários da comunidade, como foi exposto anteriormente.

Ao analisarmos o grau de participação dos jovens em sociedade, interessa também verificar qual o grau e os motivos para a sua exclusão do processo participativo e se os indivíduos têm conhecimento desses mesmos acontecimentos. Neste caso, ao focarmo-nos na participação eleitoral, procuramos saber se, não tomando parte no processo eleitoral, consideram que se envolvem em outras formas de participação ou se é apenas uma manifestação de apatia e desinteresse perante o processo. Centramo-nos nos processos formais e institucionais da participação política, sendo que estes se aliam ou são a favor de processos informais, como mais à frente será explicado. Mas, para isso, é necessário

compreender se existe uma politização da realidade social da geração mais jovem ou se a inexistência de uma consciência cidadã se deve ao confronto direto entre os interesses dos governos e os interesses individuais de cada cidadão, sem que haja uma consciência de comunidade e cidadania<sup>1</sup>.

Ainda assim, os partidos políticos mantêm-se como sendo actores fundamentais para o processo democrático, funcionando como meio fundamental de comunicação e regulação da vontade popular, contendo, intrinsecamente, uma função de representação da vontade do eleitorado no parlamento. O objetivo deverá ser a criação de níveis de similitude de posições com o eleitorado, de forma a este desenvolver laços identitários em relação aos partidos (Belchior, 2010). No entanto, segundo um estudo realizado em 2010, relativamente à representação política dos eleitores pelas elites parlamentares<sup>2</sup> portuguesas, os representantes têm uma perceção mais favorável e positiva face à democracia que os representados. Contudo, apesar de serem os grandes partidos do centro político que mais facilmente conseguem alcançar o poder, são os menos favoráveis à ideia de convergência com o eleitorado face a partidos com menor expressão eleitoral; estes, apesar de se mostrarem mais congruentes com a linha de pensamento dos seus eleitores, estão também mais direccionados a segmentos específicos, logo mais capazes de satisfazer a suas preferências. (Belchior, 2010).

O eleitorado é caracterizado como, tendencialmente, centralizado, característica transversal aos eleitores de todos partidos cujas elites se identificam geralmente como ideologicamente mais extremadas, em especial à esquerda. Isto indica uma maior fragilidade “da ancoragem ideológica” dos eleitores face aos partidos, justificada por uma “menor sofisticação política do público” bem como o privilegiar de uma centralização ideológica que permite maior flexibilidade nas escolhas eleitorais. (Belchior, 2010).

Apresentando este quadro de atitude política e colocação ideológica da participação do eleitorado português em geral, podemos prosseguir de forma a compreender se o cenário também se aplica, especificamente ao eleitorado jovem.

---

<sup>1</sup> Neste sentido, por politização devemos entender a gradual tomada de consciência “dos direitos e deveres políticos, com o inerente interesse crescente pelos factos da vida pública, bem como a progressiva difusão de meios políticos de intervenção nos destinos da colectividade, como resposta aos mecanismos de activação política dos cidadãos. E por despolitização entendemos precisamente o contrário.” (Braga Cruz, 1985-89).

<sup>2</sup> Belchior, Ana Maria (2010) “Elite parlamentar e eleitores na perspectiva da representação política” in A Qualidade da Democracia em Debate – Deliberação e Participação Políticas em Portugal e Espanha.

### 3. CAPÍTULO II – OS *MEDIA* E PARTICIPAÇÃO

Uma das principais diferenças dos jovens dos dias de hoje é a forma de adquirir informação, de debater e de comunicar entre indivíduos, assente fortemente no rápido desenvolvimento das novas tecnologias e dos novos *media*. A nossa realidade foi alterada e a cultura do dia-a-dia é uma mistura entre o físico e o virtual, sendo essa uma complexa mediação entre aquilo que adquirimos pessoalmente e o que é feito de uma forma “quase” presencial. É o meio termo entre o experienciado e o representado (Silverstone 2005 *apud* Cardoso 2006; Thompson 1995 *apud* Cardoso 2006).

Para além disso, indo ao encontro daquilo que anteriormente foi referido relativamente à importância da educação no que toca à participação, os *media* equiparam-se a outros agentes socializadores, como a família ou a escola tendo todos eles, no âmbito da socialização secundária, um papel central na definição e normalização dos comportamentos e atitudes aceitáveis e convenientes no meio social no estabelecimento dos parâmetros da normalidade, na disponibilização de informação, na promoção do conhecimento e na oferta social de referentes sobre a realidade.

*“The fact that politics is essentially played out in the media does not mean that other factors (for example, grassroots activism or fraud) are not significant in deciding the outcome of political contests. (...) They are not the Fourth Estate. They are much more important: they are the space of power-making. The media constitute the space where power relationships are decided between competing political and social actors. Therefore, almost all actors and messages must go through the media in order to achieve their goals. They have to accept the rules of media engagement, the language of the media, and media interests. The media, as a whole, are not neutral, as the ideology of professional journalism asserts; neither are they direct instruments of state power, with the obvious exception of mass media under authoritarian regimes.” (Castells, 2009:194)*

Daqui depreendemos, portanto, a importância dos factores de natureza institucional tradicional para a compreensão e desenvolvimento da participação eleitoral, mas neste momento, ao aceitarmos o papel dos meios de comunicação na nossa ligação com o mundo e, enquanto forma de representação do nosso dia-a-dia, assumimos que, dificilmente, conseguimos viver sem os *media*. (Silverstone 2005 *apud* Cardoso 2006).

Já em meados dos anos 90, Scannell (1996) sugere que os *media* levaram a uma mudança na vida pública através do rádio e da televisão, alterando os pontos de encontro e de partilha de espaços físicos pelos indivíduos, como estádios ou cafés, para um local de difusão que pode ser partilhado ao mesmo tempo por populações inteiras (Cardoso 2006). A utilização massificada da internet levou este conceito ainda mais além, introduzindo uma dimensão de interacção que não existia através dos *media*

mais tradicionais, no que toca a partilha e receção de informação e à organização de atividades (Cardoso 2003, 2006).

É por isso que, já em 2006, Cardoso colocava algumas das questões que vão ao encontro daquilo que procuramos compreender: saber se os níveis de participação estão relacionados com factores como a literacia e a confiança nos representantes, de que forma as diferentes e novas maneiras de assimilar, utilizar e observar os *media* influenciam o uso que o cidadão deles fazem e de que forma isso influencia a maneira como se posicionam no espaço simbólico para a exercer.

Isso significa, enquadrando-o na temática que tratamos, que as tradições e práticas políticas podem e devem evoluir de forma a garantir que a democracia não estagne, relativamente às oportunidades oferecidas pelos novos *media*. Constatamos, hoje em dia, como a quase inexistência de uma cultura cívica e uma tradição de participação ainda presa aos métodos institucionais é um entrave à inclusão de muitos cidadãos, não só em sociedades para as quais a democracia ainda é uma novidade (Dahlgren, 2006), mas também para as novas gerações para as quais uma tradição de participação exclusivamente institucional já não faz parte da sua memória colectiva. Desta forma, através da inclusão dos novos meios, e aliando-os às práticas políticas afectas às democracias institucionais, é possível dotar as gerações mais antigas de novas ferramentas bem como mobilizar e interessar os jovens para esta realidade, actualizando a participação política à Era em que vivem.

Quando nos centramos especificamente no processo eleitoral e pré-eleitoral, o grau de informação que os indivíduos adquirem sobre os candidatos às eleições tende a ser descrito como um fator dinamizador da participação eleitoral (Mutz, 2002 *apud* Barreira 2012). Isto é, quanto mais completa a informação é – para a qual o papel das campanhas eleitorais é fundamental e por isso, nos dias que correm, também o dos meios de comunicação - maior será a propensão dos eleitores para votar. Nir e Druckman (2008) apresentam um contra-argumento: um maior volume de informação pode levar à indecisão do indivíduo sobre qual o candidato em que deve votar, sentindo-se menos confiante na sua escolha, impedindo até, em alguns casos, a própria escolha, podendo, assim, traduzir-se em menor participação eleitoral (Barreira, 2012). Por outro lado, os meios de comunicação também têm responsabilidades no fenómeno da já referida diminuição participativa, por outros motivos além de uma análise exclusivamente sobre o volume de informação e nos quais nos vamos focar, tendo em conta a pesquisa efectuada.

A literatura dedicada à relação dos *media* com o défice democrático<sup>3</sup> atribui principalmente aos *media* tradicionais, razões que se relacionam com o estado actual de funcionamento das indústrias da informação, bem como aos princípios que orientam os campos sociais que se formaram no seu interior e à forma como se relacionam com os mercados consumidores de notícias e entretenimento. Apesar da pluralidade de meios de que hoje em dia potencialmente dispomos, o fluxo de informação é quase sempre unidirecional, o que dificulta uma das formas de comunicação dos problemas da

---

<sup>3</sup> Enquanto degradação do conceito de democracia no que toca a participação do indivíduo em sociedade.

população aos órgãos de poder. A aposta no sensacionalismo e na simplificação das temáticas políticas que concernem ao dia-a-dia das comunidades leva a que haja uma fraca transmissão de informação política de qualidade. São meios de comunicação virados para as dinâmicas de mercado, deixando espaço para que a informação seja manipulada pelos órgãos de poder. Por sua vez, os indivíduos receptores dessa informação, tendem a não conferir fiabilidade ao jornalismo, “outrora autodesignado ‘cão de guarda’ do interesse público”, passando assim a desconfiar da veracidade da informação política disponível (Gomes, 2008).

No que toca ao papel dos *media* enquanto veículo de informação política, estes e as táticas adoptadas para a transmissão de notícias e informação têm vindo a alterar a sua frequência, substância e teor de conteúdo sobre o governo e a esfera política em geral. (Durant, 1995 *apud* Nabatchi 2007). As histórias que nos chegam através dos *media* e que se referem à realidade política tendem a ter uma carga emocional forte bem como um tom negativo. Os assuntos são tratados de forma a influenciar a percepção daqueles que recebem a informação: “No processo, ‘os *factóides*’ são confundidos com factos e a emoção sobrepõe-se ao intelecto ao avaliar as notícias (...)” (Durant 1995 *apud* Nabatchi 2007:36) o que leva a uma compreensão exagerada ou deturpada da realidade política. Isto leva a que os cidadãos façam exigências mais numerosas e contrastantes aos governos (Nabatchi 2007). Como exemplo disso, Barreira (2012) refere que em eleições em que o voto recai sobre o partido e não sobre a figura dos candidatos, o líder dos partidos desempenha igualmente um papel importante, sendo um fator que condiciona a participação eleitoral. Ainda que a autora se refira ao natural destaque da figura do candidato representante do partido a eleger – tomando-se a parte pelo todo como a forma mais fácil de reconhecer um partido, sendo frequente ser essa a base de conhecimento dos eleitores aquando o voto – isto acontece principalmente devido ao enfoque mediático na imagem do político ao invés do programa partidário; ao referido sensacionalismo e exploração das crises, dramas e vida privada dos actores políticos, que ao serem focados pelos meios de comunicação, a eles associam a imagem dos partidos que integram. Ainda que estes assuntos não sejam directamente relacionados com a actividade política, têm um impacto extraordinário na decisão dos votantes e podendo funcionar, por isso, como uma forma de estratégia eleitoral.

Bowers e Walker (2003), baseando-se na experiência eleitoral norte-americana sintetizam de uma forma crua o poder de influência dos *media* sobre os indivíduos, observando que aquilo que a maior parte dos americanos sabe sobre a política é adquirido através dos primeiros. Este poder não é surpreendente na medida em que a combinação dos meios de comunicação, como a televisão, a rádio ou a imprensa escrita e, de forma crescente nas últimas duas décadas, a internet, enquanto forma e meio – renovando também os formatos anteriormente referidos – representa uma capacidade incontestável de informar o público de forma rápida e relativamente aprofundada sobre a generalidade dos assuntos políticos. Ao mesmo tempo, o poder dos *media* assenta na capacidade de moldar e definir a realidade política que chega ao conhecimento dos indivíduos, uma vez que a sua grande maioria nunca experienciou a vida governamental ou política em primeira mão. Desta forma, o que recebemos

dos meios de comunicação influencia fortemente aquilo que acreditamos ser importante, as opiniões e crenças sobre assuntos do foro político, bem como a forma como nos devemos comportar e participar na vida política (Bowers e Walker 2003).

Segundo Milner (2002) é possível afirmar que existe uma relação entre conhecimentos adquiridos e hábitos de consumo dos *media*. Para Newton (1999) e Norris (2000) enquanto a leitura de jornais de qualidade aumenta o conhecimento político, uma vez que apresentam uma informação mais especializada sobre o assunto, a utilização dos *media* digitais produz um efeito neutro – ainda que à data o efeito da internet fosse meramente residual comparando com a presente década – e a televisão, em geral, tem efeito relativamente negativo no que toca à aquisição de conhecimento político de qualidade, ainda que os programas de notícias, especialmente no que toca o sector público, tendam a aumentar o interesse pela temática (Howe 2004).

Em relação à internet em específico, quando analisamos a sua utilização nas campanhas políticas norte-americanas, observa-se uma percentagem relevante de indivíduos que a aponta como importante fonte de informação política. No entanto, a nível de caracterização demográfica, a utilização deste meio para fins políticos ainda é feita em grande parte por uma população branca, com um médio/alto rendimento financeiro e elevada formação académica, sendo a população mais nova a que tira mais partido do potencial da internet (Smith, 2011).

No caso específico dos cidadãos jovens, as oportunidades de envolvimento cívico e político que a internet oferece têm um grande potencial, já que estes passam grande parte do seu tempo *online* (Raynes-Goldie & Walker, 2008). Desta forma, sem ser exigida qualquer alteração dos seus hábitos, o envolvimento e desenvolvimento de opinião política bem como a recolha de informação torna-se acessível e familiar.

Seja qual for o tipo de participação que queiramos analisar, a internet destaca-se sempre como a fonte de informação que distingue o envolvimento jovem das outras faixas etárias, ainda que estas a possam e estejam a utilizar, em parte devido ao facto de a mais recente geração participativa e a internet em si terem uma idade semelhante e uma relação indissociável de familiaridade.

Especificamente em relação ao caso português, Figueiras (2012) analisa a presença e relação dos *media* com os processos eleitorais de 2009, tanto a nível europeu como legislativo e presidencial em Portugal. Considerando que a cobertura jornalística destes atos eleitorais se baseou na já referida “Política-Espectáculo”, na medida em que sublinhou essencialmente a imagem dos candidatos, personalizando as campanhas e focando dramas e crises. Para a autora “o quotidiano eleitoral, as actividades de campanha e o conflito entre oponentes contrastados por traços de carácter foram apresentados em peças com enquadramento de estratégia e jogo político” (Figueiras 2012:7).

Os ciclos noticiosos caracterizaram-se como curtos e superficiais, o que se deve não só aos conteúdos, cuja dramaticidade é mais simples de relatar e se esgota mais facilmente que assuntos com maior profundidade a nível dos processos de decisão política (Graber, 2000; Patterson, 2000, 2003 *apud* Figueiras 2012). Também o desenvolvimento das novas tecnologias e a crescente utilização da

internet enquanto meio de comunicação política, surgindo um fluxo volumoso de informação contribui para a diminuição da permanência e possibilidade de aprofundamento de cada tema apresentado (Figueiras, 2012).

No âmbito do estudo sobre a deliberação democrática, Viegas, Santos, Faria, & Carreiras (2010) procuraram captar as atitudes dos cidadãos e dos deputados relativamente à temática. Destacamos o plano das atitudes relativamente à participação e discussão políticas, que foca precisamente a temática que procuramos desenvolver nesta dissertação: compreender de que forma os jovens portugueses reagem, tendo igualmente em conta as possibilidade de participação na sociedade em que vivem.

As conclusões deste estudo derivam da análise quantitativa das respostas dadas por uma amostra significativa da população portuguesa e, ainda que o estudo apresente duas vertentes, aquela direccionada aos cidadãos e uma outra sobre os mesmos planos relativos à Assembleia da República, apenas nos focamos na primeira para os fins entendidos.

Em relação às atitudes face à participação política, a questão sobre a importância dada à participação política dos cidadãos e das associações voluntárias no processo de decisão política, foi dividida em três aspectos: a importância da informação fornecida pelos cidadãos ou associações; a visão das associações sobre assuntos de política local; e num sentido contrário, o facto de se ouvir todos os agentes referidos poder levar a que os políticos não façam quaisquer reformas. Neste âmbito, 92% dos inquiridos consideraram importante a visão das associações sobre assuntos de política local, sendo a informação fornecida pelos cidadãos ou associações importante em 88% das respostas, e decrescendo para 64% a importância do impacto da audição de todos os agentes sobre a ausência de reformas por parte dos representantes políticos eleitos. “Assim, verificamos que, no abstracto os indivíduos estão dispostos a participar no processo de deliberação política e que valorizam a informação que individualmente ou através de associações voluntárias podem fornecer aos decisores. (...) No entanto, as virtualidades da participação política dos cidadãos e associações voluntárias são colocadas em causa quando os cidadãos são questionados sobre a eficácia da acção política em situação de abertura e audição permanente da sociedade civil. Depreende-se dos dados que o excesso de consulta pode ser entendido como prejudicial para a tomada de decisão” (Viegas, Santos, Faria, & Carreiras, 2010:46-47).

Estes dados são um ponto de partida para perceber a atuação dos cidadãos, que podemos verificar através dos elevados valores de abstenção eleitoral: apesar de quererem ver solucionados os problemas da sua realidade mais próxima e considerarem o debate dessas temáticas algo construtivo, não crêem na eficácia da sua participação para a alteração dos mesmos.

Para além disso, e numa perspectiva sociológica de desenvolvimento da consciência política, de compreensão da realidade política circundante e posteriormente, do desenvolvimento de uma atitude participativa face à mesma, algum do debate parte de uma lógica de dentro para fora,

iniciando-se no seio das relações mais familiares dos indivíduos partindo posteriormente para uma esfera comunitária e, por fim, para o debate público.

A análise dos dados recolhidos sobre as atitudes relativas à discussão política compreende três dimensões: práticas individuais de discussão política, práticas de persuasão, e práticas de valorização do debate público, esta última inserindo-se na última dimensão social referida. No que se refere à primeira dimensão, podemos afirmar que a discussão política com os pares é feita geralmente com pouca frequência, distribuindo-se de forma semelhante as categorias “Nunca”, “Raramente” e “Algumas vezes”. Já a categoria “Muitas vezes” apresenta sempre valores inferiores a 7%. Por outro lado, entre os amigos, a família e os colegas de trabalho/estudo, verifica-se que os últimos são aqueles com os quais é mais raro surgirem conversas de teor político, sendo que os valores apontam nesse sentido (68% dos casos). Os restantes grupos partilham valores semelhantes – cerca de 35% dos inquiridos discute “Algumas vezes” esta temática.

Quanto às práticas de persuasão, verifica-se que não são muito comuns: “apenas 36% dos inquiridos o faz com alguma ou muita frequência. Neste sentido podemos afirmar que a discussão dos assuntos políticos visa sobretudo a troca de ideias” (Viegas, Santos, Faria, & Carreiras, 2010:47) sobrepondo-se à intenção de convencer os outros.

Passando para uma dimensão onde se incluem agentes de socialização política mais abrangentes, pretende-se saber de que forma são valorizados os debates públicos, tanto no parlamento como nos programas televisivos, para o esclarecimento de problemas e formação de opinião. Na sua maioria, os inquiridos valorizam os debates políticos, considerando, no entanto que os debates televisivos são mais esclarecedores, sendo que aproximadamente um terço dos inquiridos (31%) afirma acompanhar os acontecimentos políticos diariamente e outros 35% acompanham-nos pelo menos uma vez por semana. Assim, “estamos então perante uma aparente contradição: por um lado, os indivíduos discutem pouco assuntos políticos mas, por outro lado, assistem com regularidade aos debates na televisão e avaliam positivamente o contributo dos debates políticos quando são colocados na qualidade de espectadores” (Viegas, Santos, Faria, & Carreiras, 2010:48). Daqui se depreende que existe uma recepção da mensagem sem que a mesma implique uma posterior ação ou reprodução perante a mesma, sendo que o debate e a partilha de opinião não acontecem na mesma proporção do consumo de informação sobre os assuntos. Para além disso, quando questionados sobre frequência de mudança de opinião após os debates televisivos, 47% dos inquiridos afirmam nunca ter mudado de opinião o que, na perspectiva dos autores deste estudo significa que “estamos na presença de um fenómeno de convalidação em que se assiste a um debate para confirmar a justeza das posições prévias àquele” (Viegas, Santos, Faria, & Carreiras, 2010:50), significando assim que: os indivíduos apresentam uma capacidade fraca de aceitar argumentos diferentes dos seus, servindo os debates quase exclusivamente como forma de esclarecimento e apenas como veículo de construção ou mudança de opinião de uma forma muito residual.



## 4. CAPÍTULO III

### 4.1. A ALTERAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA DAS NOVAS GERAÇÕES

A pertinência do enfoque no processo participativo por parte dos jovens deve-se ao facto de esta ser a geração que mais vai ser afectada a longo prazo pelas escolhas políticas do presente, bem como aquela da qual sairão os representantes políticos do futuro. A “substituição geracional” é a chave por detrás das mudanças políticas e oferece uma visão do futuro da democracia (Franklin 2004, Hooghe 2004 *apud* Sloam 2011). Para perceber a participação política como um todo, é necessário explorar como cada geração desenvolve as suas próprias concepções de cidadania e se expressa através do envolvimento cívico e político.

Na última década tem vindo a sentir-se uma alteração da cultura política democrática. Reflexo disso é a diminuição do sentido cívico que anteriormente movia a população e que, mesmo com fraco conhecimento das dinâmicas políticas, sentia o dever e a obrigação de votar (Howe, 2003). Essa cultura tradicional é substituída por uma de autonomia e procura de expressão individual (Nevitte, 1996) perdendo-se esse sentido de dever cívico nas gerações mais novas. Assim, a literacia política torna-se agora a grande impulsionadora da participação.

A conjuntura social, económica e política dos jovens é também diferente da geração anterior: existem maiores riscos relacionados com trabalho precário, sobreposição de identidades que se alia uma crescente desconfiança relativamente à classe política ao longo dos últimos anos, “entendida como orientada exclusivamente por linhas de força imanentes ao jogo político (acumulação de capital político para o próprio grupo ou partido, contraposição entre governo e oposição) ou por interesses não-públicos oriundos da esfera económica ou das indústrias especializadas em produção da ‘opinião pública’” (Gomes, 2008:5). Quando a análise da participação eleitoral tem em consideração vários países da União Europeia<sup>4</sup> (Barreira, 2012:9) constata-se um decréscimo generalizado da participação eleitoral no período entre 1970 e 2012. No entanto, o caso português assume um lugar de destaque, apresentando uma queda de 30 pontos percentuais face a uma média de 13 pontos no conjunto dos 15 países.

Assim, os jovens procuram desenvolver novas formas e repertórios de envolvimento político e cívico que consideram mais relevantes para o seu dia-a-dia, sendo que muitos dos indivíduos preferem agir como *free-riders* (Morales, 2009), o que revela um sentido de comunidade ao mesmo tempo que é feita a manutenção dos seus interesses privados. Nesse processo é comum o afastamento da política eleitoral, como o são as eleições ou a filiação em partidos políticos e virando-se para a *policy* ou

---

<sup>4</sup> A análise de Barreira (2012) utiliza uma secção que abrange um conjunto de 15 países europeus, a saber: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia.

assuntos e formas de envolvimento com hierarquias horizontais que melhor se coadunem com a actual sociedade de redes (Bennett 2004 *apud* Castells 2009).

#### **4.2. RELAÇÃO DO FACTOR IDADE COM O ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Incidindo apenas no conceito de participação política em Portugal, apesar da intensidade participativa do pós-25 de Abril, com uma forte conotação ideológica e associada também a um rejuvenescimento dos quadros políticos, rapidamente se encontrou uma necessidade de pragmatismo e institucionalização, substituindo a política como “fim último de toda a actividade humana” (Braga Cruz, 1985-89) por uma visão instrumental, como um meio para chegar a um fim que poderia não ser necessariamente político. O objetivo desta dissertação é também a compreensão do modo como esta mudança de perspectiva afetou o envolvimento dos jovens na política nacional.

A par da educação, a idade é um dos factores mais importantes, a nível individual, a ter em conta no processo de participação política (Blais, 2000 *apud* Bhatti, Kasper e Wass 2012). Um aumento dessa participação entre os cidadãos no início da sua vida política está relacionado com a iniciação da vida adulta e das actividades que esta exige, tais como a saída da escola e a criação de laços comunitários associados ao trabalho, casamento ou ter uma casa fixa (Bhatti, Kasper e Wass 2012). Em Portugal, um indivíduo adquire o estatuto de eleitor a partir do momento que atinge os 18 anos de idade e se recenseia.

Através da análise de um estudo feito pela Universidade Católica Portuguesa (Magalhães e Moral, 2008), relativo ao relacionamento dos jovens com a política, compreendemos de que modo esta faixa etária se sente representada na realidade política nacional e de que modo interage com a mesma. Conclui-se que na globalidade, a população portuguesa se encontra muito insatisfeita com o funcionamento da democracia ainda que os jovens sejam o grupo etário onde esse sentimento se apresenta menos acentuado. Relativamente ao envolvimento político, os jovens portugueses apresentam uma intensidade média relativamente ao que se passa no resto da Europa. Contudo, são o grupo etário que está menos exposto à informação política divulgada através dos meios de comunicação convencionais tais como a televisão e os jornais, apesar da saturação mediática que caracteriza a sociedade actual, preferindo formas alternativas como a internet. A nível do comportamento participativo regista-se um ceticismo relativamente às formas de participação ditas institucionais.

Segundo este estudo, e corroborado pelo artigo “Participação Política e Qualidade da Democracia”, presente no estudo sobre “A Qualidade da Democracia em Portugal – A Visão dos Cidadãos” (Lisi, Marchi e Evans 2012), a idade tem um efeito curvilíneo no que toca ao interesse pela política, estando esta relação já bem assente na literatura sobre a temática, desde os anos 30 (Bhatti, Kasper e Wass, 2012). Isto significa que o interesse pela política, por parte da população portuguesa é

crescente à medida que a idade avança da adolescência para a idade adulta, começando a diminuir nas faixas etárias mais velhas.

Considerando a relação das variáveis “idade” e “interesse pela política”, mais de metade dos jovens inquiridos entre os 15 e os 17 anos revelam pouco interesse pela política. É de notar que, apesar de o grupo etário que agrupa os maiores de 65 anos apresentar o menor valor em relação à categoria referida, é aquele que apresenta uma maior percentagem relativamente à total ausência de interesse pela política, registando uma maior percentagem de respostas relativas a “Nada interessado” (43,3%) enquanto as restantes categorias da variável independente “faixas etárias” apresentam todos valores inferiores a 30%. Conclui-se, assim, que a população portuguesa acima dos 65 anos tem uma atitude de desligamento e desinteresse mais marcada e radical relativamente à política. Já no que diz respeito ao interesse demonstrado pela mesma, é possível verificar-se valores mais relevantes nas categorias referentes aos jovens e adultos entre os 18 e os 64 anos, sendo que os jovens até aos 17 anos e os maiores de 65 apresentam resultados de uma atitude de maior desinteresse face à política.

Constata-se, segundo o referido estudo, que estes resultados fogem à regra quando comparados com o resto dos países europeus, sendo que é considerado que os jovens adultos portugueses apresentam níveis de interesse semelhantes ao grupo dos adultos que costuma apresentar os valores mais altos de participação<sup>5</sup>. Se compararmos com a média nacional<sup>6</sup> quanto a esta variável, (2,21)<sup>7</sup>, a média participativa dos jovens portugueses entre os 18 e os 29 aparece muito próximo da média indicada, referido o estudo que os jovens do resto da Europa registam normalmente resultados inferiores à *media* global do seu próprio país. Ainda assim, do ponto de vista comparativo, a média nacional demonstra um baixo grau de envolvimento político por parte dos cidadãos portugueses em relação à maioria dos países europeus, ainda que escape aos últimos lugares europeus, ocupados pelos países de Leste e Espanha.

Após a análise dos dados apresentados podemos concluir que, do ponto de vista dos comportamentos perante a política, se confirma uma curvilinearidade na relação entre o interesse político e a idade, não se distinguindo, particularmente, os jovens adultos do resto da população activa, os resultados relativos aos pré-adultos aproximam-se aos dos indivíduos com 65 anos ou mais. Ainda que os valores nacionais sejam considerados baixos no que se refere ao interesse pela política no âmbito internacional, os níveis de disponibilidade para a participação e de interesse pela política por parte dos mais jovens podem registar valores elevados comparativamente, tendo em conta a sua posição no ciclo de vida e os restantes valores europeus para o mesmo escalão etário face à restante população.

---

<sup>5</sup> “Os Jovens e política – Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa”, p. 18

<sup>6</sup> Quadro 12. Interesse pela política, por país (ISSP / 2004). “Os Jovens e política – Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa”, p. 17

<sup>7</sup> Tendo-se calculado a média aritmética atribuindo os seguintes valores: Nada=1, Pouco=2, Bastante=3, Muito=4, (dados do ISSP) –

Deste modo, considerando os quadros apresentados no referido estudo, é possível sublinhar um certo favorecimento de formas de participação não convencional em função da idade, sendo que o ceticismo relativo às formas convencionais de interação e participação política – exceptuando o voto – é partilhado pela amostra em análise.

Na sequência e, segundo o artigo “Participação Política e Qualidade da Democracia” (Lisi, Marchi e Evans, 2012), ainda que essa relação seja confirmada, estatisticamente a correlação entre a variável idade e eficácia atribuída à participação é fraca, ainda que positiva. Os factores como a ideologia e a identificação partidária parecem ter uma relação mais forte, beneficiando formas de participação mais convencionais. No entanto, numa visão analítica global, não existe uma distinção significativa entre formas de participação convencionais e não convencionais, não existindo diferença de percepção de participação quando considerados factores socio-demográficos.

Visando especificamente o voto eleitoral, é curioso referir que pesquisas recentes demonstram que a relação entre eficácia política<sup>8</sup> e o voto é muito complexa de delinear – algumas pessoas tem um forte sentido de obrigação cívica, interesse pelos assuntos políticos e percecionam-se como eleitores (Gerber, Green and Shachar, 2003 *apud* Nabatchi 2007) e essas atitudes mantêm-se constantes ao longo de um contínuo de períodos eleitorais uma vez que se trata de um sentimento profundamente interiorizado.

Apesar de o referido estudo não atribuir relevância aos factores socio-económicos como diferenciadores da percepção de participação política no seu sentido mais lato, indicadores como a classe socioeconómica, o grau de educação, a etnia, bem como outras variáveis demográficas têm um impacto relevante na propensão para o voto. Os mesmos autores indicam igualmente que o hábito é preponderante no ato eleitoral, sendo que um indivíduo que tenha votado anteriormente tem 47% mais probabilidade de vir a votar no futuro (Nabatchi, 2007), o que se enquadra no crescendo de participação eleitoral desde a idade jovem à adulta mas não explica de todo o seu decréscimo para a terceira idade.

Considerando toda a análise que já foi desenvolvido, podemos resumir que os jovens que se envolvem nos processos participativos podem ser caracterizados de forma geral como sendo de classe média, o que se reflecte numa educação tendencialmente mais elevada, vivendo em comunidades onde existe acesso à internet e capacidade financeira suficiente para darem início às referidas actividades da vida adulta (Sloam 2011). É de realçar também a importância das instituições sociais como forma de pressão normativa para a participação em democracia – remetendo ainda, apesar de tudo, para uma ligeira manutenção do referido sentido cívico neste âmbito social – que mantêm os jovens ligados aos seus pares em comunidade, levando-os a ultrapassar a dificuldade de oportunidade de exercitar as competências cívicas. O autor também refere que um dos maiores entraves à participação política está

---

<sup>8</sup> Referimo-nos a eficácia política como a crença que os indivíduos têm que as suas acções e participação têm um efeito nos seus governos.

relacionado com a educação e a literacia política, sendo estes elementos impulsionadores do interesse pela participação cívica e política. A sua ausência contribui para a marginalização dos jovens menos privilegiados, bem como as diferentes identidades que surgem das diferentes comunidades minoritárias que a sociedade tem dificuldade em integrar e cujo acesso ao imaginário social e à base de conhecimento político comum à maioria dos cidadãos é limitado.

## 5. CAPÍTULO IV – *POLITICAL DISSAFFECTION*

Os cidadãos relacionam-se com as políticas de determinados governos através dos seus interesses e em função do modo como são afectados, em específico, por essas mesmas políticas. Se essa relação for negativa os cidadãos tendem a desenvolver atitudes igualmente negativas perante o sistema político, seja um sentimento de frustração ou insatisfação, que tanto pode levar à procura de alternativas de representação fora da esfera tradicional e institucional como a uma recusa ao relacionamento com todos os assuntos que à política concernem. Esta atitude pode ser caracterizada utilizando a tese de Offe (2006) que se refere ao conceito de *dissaffection* onde, de forma diferente do que acontece com a insatisfação política - que o autor explica ser um reflexo da violação de direitos ou de uma ação que afecta directamente os indivíduos -, pressupõe a inexistência de qualquer paixão ou crença que ligue um indivíduo a uma comunidade política em sentido lato. Para além disso, as mudanças nos hábitos de consumo de *media* contribuíram para uma insatisfação com a democracia e um desinteresse pela esfera política levando, por isso, a uma diminuição de conhecimentos político (Newton 1999 *apud* Norris 2000). Dessa forma e, à medida que os cidadãos deixam de associar-se e de rever-se nas instituições políticas e nas suas ações, diminui também o apoio e o potencial de mobilização sobre o qual as elites políticas podem basear-se e confiar (Offe, 2006).

Para melhor explicar este conceito, Trocal e Montero (2006) defendem que as atitudes críticas relativamente à política e às suas instituições representativas compreendem uma dimensão atitudinal absolutamente distinta, que deve ser diferenciada da dimensão reservada ao apoio político, à qual chamam *political dissaffection*. Baseando-se na definição de Di Palma (1970:30), definem o conceito como o “sentimento subjectivo de impotência, cinismo e falta de confiança no processo político, nos políticos e nas instituições democráticas, sem questionar, no entanto, o regime político”. É importante ressaltar que de forma diferente ao conceito de alienação política, *political dissaffection* não implica a existência de uma crise da legitimidade democrática (Trocal e Montero, 2006).

Nesse sentido, uma das principais suposições sobre o envolvimento político dos jovens é a de que estes não apresentam interesse em participar na vida política nacional, demonstrando não só desinteresse relativamente a esta temática mas também um sentimento de hostilidade. Essa *dissaffection* é caracterizada por sintomas específicos no que se refere às atitudes dos indivíduos, incluindo “sentimento de ineficácia pessoal, cinismo, cepticismo, falta de confiança nas instituições representativas e representantes eleitos, acreditar-se que as elites políticas não se importam com o bem-estar dos cidadãos e um sentimento generalizado de alienação tanto do processo político como da política” no seu sentido lato (Trocal e Montero, 2006:5).

É, assim, um termo que no contexto político se refere a uma condição cognitiva caracterizada pela ausência de sentido de pertença a uma comunidade política, onde os indivíduos se sentem marginalizados, sem se sentirem representados e sem força ou acesso a recursos políticos institucionais para se fazerem ouvir, o que leva a uma aversão profunda à ordem política (Trocal e Montero, 2006).

Ainda que níveis altos de *political disaffection* possam não ter, por si só, uma conotação negativa se analisarmos países em específico, noutros países pode conduzir ao aumento da distância entre cidadãos e os seus representantes, fortalecer a desigualdade política e dificultar a mudança institucional e política. Mesmo que não produza um comportamento antidemocrático, *political disaffection* pode conduzir a uma apatia no que concerne todas as formas de participação política. (Trocal e Montero 2006). No entanto, é igualmente possível que possa encorajar os cidadãos a procurar formas alternativas de expressão política e de frustração com o funcionamento das instituições democráticas existentes (Barnes *et al.* 1979; Dalton 1988, 1999 *apud* Trocal e Lago 2006).

A responsabilização política pode também sofrer alterações uma vez que a referida *disaffection* está associada a um nível reduzido de informação e escolha de fontes entre os eleitores parciais (Gunther *et al.* 2006 *apud* Trocal e Montero 2006). Compreendemos assim que as consequências deste processo atitudinal variam consoante os contextos políticos (Trocal e Montero 2006) e por isso, também, os tipos de *media* disponíveis.

Em relação ao sentimento negativo perante a política, as suas instituições e a participação por parte dos indivíduos, numa abordagem mais inclusiva de todas as suas variantes, Rosenberg (1954) refere também que a apatia pode dever-se à insatisfação com o *status quo* associado ao medo das consequências negativas da participação política, nomeadamente se esta for contra o sistema vigente, o que se reflecte na formação da opinião que o processo de participação é irrelevante e inútil (Morales 2009).

*Critical democrats, critical citizens, or disaffected citizens have appeared as new figures in the political arena. They were characterized by an interplay of strong support for democratic ideals, on the one hand, and a large variety of critical attitudes toward democratic performance, on the other (Hibbing and Theiss-Morse 1995; Klingemann and Fuchs 1995b; Klingemann 1999; Norris 1999a; Torcal 2002a and 2003; Dalton 2004, Torcal and Montero 2006).*

Atendendo especificamente à realidade portuguesa, um dos motivos que podemos apontar para justificar a fraca participação política dos cidadãos é, em primeiro lugar, o grau de confiança pública nos políticos, sendo que: Portugal se situa no 28º lugar na confiança pública na honestidade dos políticos a nível mundial, a par de outros países europeus como a Bélgica, França, Irlanda e Itália (Cardoso 2006). Esta relação de desconfiança entre cidadãos e políticos está intimamente ligada com a informação facultada pelos *media* que, segundo o que já foi referido, apresenta, em geral, uma exposição sensacionalista da política, que os indivíduos consideram servir agendas políticas específicas e parciais. Exemplo disso são os comentadores residentes dos principais meios de comunicação que são maioritariamente membros ou ex-membros dos partidos nacionais com maior representação no parlamento. O mesmo acontece, no âmbito da economia política, com o

financiamento desses meios de comunicação, sendo do conhecimento geral a filiação política dos donos e investidores nesses mesmos meios.

De forma oposta à inércia e desinteresse participativo, o sentimento de marginalização pode gerar formas de participação política intensas e agressivas, alternativas às opções institucionais que são consideradas por estes cidadãos como ineficazes e exclusivas.

Segundo a análise feita, que a diminuição do envolvimento eleitoral por parte dos cidadãos, nomeadamente dos mais jovens, implicando o desinteresse dos mesmos em relação ao processo político, assume que nada existe para além das instituições políticas institucionais e que, por isso, não há outras formas de participação que não as eleições. No entanto, vários exemplos da história recente demonstram que a esfera do político transcende as restrições impostas pelas rígidas categorias que separam a política entre institucional e não-institucional

Troca e Lago (2006:310), ao testar o efeito da *political disaffection* na participação, destacam Portugal como o único país onde a relação entre as duas variáveis, nomeadamente a nível da *dissaffection* institucional, é positiva no sentido de aumentar a probabilidade de os não-participantes convencionais passarem a utilizar formas de participação não-convencional.

Ou seja, esta crise de representação política das preocupações das gerações mais jovens tem levado, paralelamente, a um aumento do interesse por outras formas de participação política não institucionais como são os boicotes e as petições (Garcia Blanco, 2006). Estas e outras formas de acção directa têm vindo a tornar-se mais frequentes que a pertença a partidos ou a sindicatos, pelo que devemos estar atentos a essas dimensões da chamada participação política não convencional que se tornou “cada vez mais a fórmula mais comum nas sociedades desenvolvidas” (Cardoso 2006: 98).

O envolvimento neste tipo de movimentos objetiva, de uma forma geral, um corte com o sistema vigente com o qual os cidadãos estão insatisfeitos, sendo protagonizados geralmente por indivíduos nas faixas etárias mais jovens; exemplo disso são os movimentos *Ocuppy* ou o Movimento 12 de Março, em Portugal.

Será que os jovens portugueses, a par dos casos referidos em vários locais do globo, também veem a participação eleitoral como uma forma ineficaz de auto-representação, preterindo-a a outras formas de participação consideradas alternativas e não-institucionais?



## 6. CAPÍTULO V

### 6.1. HIPÓTESES E METODOLOGIA

A presente dissertação pretende analisar de que forma os jovens percebem a participação eleitoral no contexto da participação política e como os *media* influenciam esse envolvimento. Desta forma, pretendemos analisar se as atitudes se relacionam com os estímulos que os indivíduos recebem através do processo de socialização no próprio sistema político bem como a actual conjuntura de saturação mediática influencia as suas escolhas participativas – sejam elas positivas ou negativas.

Nesse sentido as hipóteses que colocamos são:

Hipótese 1- Os jovens portugueses são a faixa etária que menos participa nas eleições, uma vez que não se reveem nos resultados políticos dessa forma de participação. Preterem-na, por isso, a outras formas de participação consideradas alternativas.

Hipótese 2- Os *media* tem uma forte influência nas escolhas participativas dos jovens na medida em que estes se encontram numa realidade saturada a nível mediático, no entanto consomem menos *media* tradicionais que as gerações anteriores, dando preferência à informação adquirida através das novas tecnologias.

Hipótese 3 – O grau de literacia dos jovens pesa na perceção de participação, logo, no tipo de influência que os *media* têm na compreensão da realidade eleitoral, sendo que quanto mais alta a literacia política mais a consulta é activa, utilizando uma maior variedade de meios.

Assim, consideramos que o método qualitativo de recolha de dados é a melhor forma para encontrar a resposta para estas hipóteses, uma vez que, ainda que não possibilite uma exploração extensiva dos dados, permite encontrar explicações e relações entre os conceitos trabalhados de uma forma aprofundada. Este método pareceu-nos, por isso, acrescentar mais consistência ao estudo da temática, complementado o trabalho quantitativo que existe e que é, por sua vez, reconhecido por órgãos de cariz institucional e internacional.

Para a concretização deste estudo foram elaboradas entrevista semi-estruturadas a doze jovens entre os 18 e os 27 anos de idade. A escolha específica deste método de recolha de dados deveu-se à intenção de permitir aos entrevistados expressar intuitivamente a sua perceção sobre os conceitos em estudo, com o objectivo de os direccionar sem influenciar as respostas, tendo em conta o “peso cívico” da temática. Foi, por isso, dada uma total liberdade ao entrevistado para participar livremente e contribuir com o máximo de informação. As entrevistas foram presenciais, gravadas e transcritas para posterior análise.

Os jovens escolhidos, seis homens e seis mulheres, residem no distrito de Lisboa e distinguem-se entre aqueles que ingressarem no ensino superior e aqueles que terminaram o seu percurso académico no ensino secundário, bem como entre aqueles que são politicamente activos e aqueles que mostram um interesse político, cultural e cívico mais reduzido. Escolhemos distinguir entre aqueles que ingressaram no ensino superior e aqueles cuja formação académica terminou no

ensino secundário de forma a compreender se o grau de educação influência não só as suas escolhas participativas mas igualmente a utilização e compreensão dos *media* para esse fim.

A escolha de jovens que sabia ser activamente envolvidos nos meios políticos, militando ou não em juventudes partidárias, deveu-se à tentativa de compreender de que forma a utilização dos *media* e as fontes de informação escolhidas diferem ou não daqueles que tem um menor envolvimento político. Alguns dos jovens entrevistados são alunos da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa com os quais entrei em contacto através de uma aluna que foi igualmente entrevistada; os restantes são pessoas que já conhecia e tive oportunidade de entrevistar.

---

|                  |  |
|------------------|--|
| <b>Margarida</b> | 23 anos, Militante da Juventude Social Democrata. Licenciada em Direito pela Universidade de Direito de Lisboa. Trabalha em part-time na zona de Lisboa.   |
| <b>André</b>     | 27 anos. Licenciado em Gestão de Lazer e Animação Turística. Considera que participa. Trabalha Full-Time na zona de Lisboa.  |
| <b>Sara</b>      | 18 anos, Estudante do 10º ano na Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa. Considera que não participa activamente.  |
| <b>Pedro</b>     | 23 anos. Militante do Partido Comunista Português. Licenciado em Relações Internacionais pelo ISCSP e Pós-Graduado em Estudos estratégicos e de Segurança pela Universidade Nova de Lisboa. Trabalha em Part-time na zona de Lisboa. |
| <b>Tiago</b>     | 24 anos. Licenciado em Educação Básica pela ESELx. Considera que participa, tem inclinação ideológica ainda que não se identifique com nenhum partido político.  |
| <b>Cátia</b>     | 18 anos, Estudante do 10º ano na Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa. Considera que não participa activamente.  |
| <b>João</b>      | 20 anos. Tem o 10º ano na área de Artes. Considera que não participa. Trabalha Full-time na zona de Lisboa.  |
| <b>Isabel</b>    | 25 anos. Militante do Bloco de Esquerda. Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais e Pós-Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa. Trabalha full-time na zona de Lisboa.                  |
| <b>Márcia</b>    | 26 anos. Licenciada em Ciências da Saúde Animal pela Faculdade de Medicina Veterinária de Lisboa. Considera que participa, tem inclinação ideológica e simpatias partidárias. Trabalha part-time na zona de Lisboa.                  |
| <b>Ricardo</b>   | 26 anos. Tem o 11º ano na área de Artes. Considera que não participa. Trabalha Full-time na zona de Lisboa.  |
| <b>Maria</b>     | 18 anos, Estudante do 11º ano na Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa. Considera que não participa activamente.  |
| <b>Diogo</b>     | 25 anos. Tem o 12º incompleto na área de Artes. Considera que participa de forma não institucional.  |

---

**Figura 1** - Caracterização dos entrevistados

Para explicar cada uma das hipóteses foram seleccionadas as seguintes dimensões:

|                   |  |
|-------------------|--|
| <b>Hipótese 1</b> | Percepção do conceito de Participação;<br>Se considera que participa;<br>Se sente dever Cívico de votar;<br>Se costuma votar;<br>Se participa de outras formas para além do voto;<br>Filiação/Simpatia partidária;<br>Sentimento de representação pela escolha eleitoral existente;<br>Se sente entraves à participação. |
| <b>Hipótese 2</b> | Se considera que os <i>media</i> afastam ou aproximam de formas específicas de participação;<br>Que meios de comunicação escolhe para se informar a nível político;<br>Se os <i>media</i> influenciam as suas escolhas eleitorais.   |
| <b>Hipótese 3</b> | Grau Escolaridade;<br>Se considera que participa;<br>Formas de Participação Utilizadas;<br>Se costuma votar;<br>Como se informa a nível político;<br>Como avalia a forma como que a informação política é transmitida;<br>Se os <i>media</i> alteraram as suas escolhas eleitorais;<br>Se sente entraves à participação. |

**Figura 2** - Dimensões de análise

Para a concretização do trabalho foram conduzidas análises qualitativas (análise de conteúdo).

## **6.2. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS**

Ao analisar os resultados obtidos através das entrevistas, podemos observar que relativamente à percepção do conceito de participação, a primeira percepção da maioria dos entrevistados é que a participação é feita através de formas tradicionais e institucionais que temos vindo a referir. Todos referem o voto como forma de participação política, sendo referidas as conversas e debates entre pares apenas esporadicamente, e só entre os entrevistados com frequência universitária; existe referência à participação em manifestações e greves.

Quando questionados sobre se consideram que participam, as respostas dividem-se: dos doze jovens entrevistados, sete indicaram que sim e seis deles referem que votam. Todos aqueles que indicaram que não participavam são aqueles que apenas identificaram o voto como única forma de participação e todos eles não têm frequência universitária.

Também a nível de identificação partidária ou ideológica, aqueles que revelaram ter uma inclinação ideológica incluem-se no grupo dos entrevistados com frequência universitária, três dos quais militantes activos de juventudes partidárias. Estes resultados levam-nos a crer que a identificação partidária ou ideológica apenas acontece após uma reflexão mais aprofundada sobre a realidade política, sendo necessário um envolvimento mais próximo com a mesma e, por isso, um conhecimento e uma literacia política que os ajuda a posicionar enquanto cidadãos.

Especificamente na questão do voto, procurámos também perceber o peso cívico dessa forma institucional de participação. Questionámos os entrevistados sobre se sentiam um dever cívico de votar e se havia sido desenvolvido um interesse para as questões políticas quer em casa quer na escola. Na sua maioria foi referido o peso da influência familiar desde cedo, tanto a nível da consciencialização para a importância da participação ou, pelo contrário, o desinteresse ou o descrédito pela classe política verificado no seio familiar.

Aqueles que se consideram não participantes justificam a escolha de não votar: “Sinto que estamos a ser representados, [mas] as vezes não é muito bem porque vemos os problemas que o país tem. Mas não é por eu votar que as eleições vão mudar, por isso é que digo que não voto, não ia alterar nada.” (Maria); “Não percebo de política, não estou informada” (Cátia); “Não percebo nada disso. Só sei que o país está mal mas, honestamente, não acho que possa mudar nada” (João). Isso leva-nos a debruçar sobre a questão da eficácia do voto. Márcia refere “Não vejo a insatisfação das pessoas espelhada nos resultados eleitorais, por isso não acho que seja a forma de participação mais eficaz”. Neste âmbito, a opinião é semelhante entre os entrevistados.

Ainda relativamente à compreensão sobre a realidade política e se se sentem representados pela escolha eleitoral existente, os jovens entrevistados tendem a indicar que consideram que se sentem representados ainda que esses partidos possam não ser aqueles que constituem governos.

É necessário também destacar que a forma como a política é retratada nos meios de comunicação parece afastar da participação eleitoral os jovens que, ou não têm uma identificação ideológica / partidária ou para quem os *media* é o primeiro e único contacto com a realidade política. Esta ideia é reforçada quando, ao serem questionados sobre se os meios de comunicação têm uma influência na sua participação, nenhuma das respostas foi no sentido de incrementar a vontade participativa, sendo que a maioria dos entrevistados respondeu que os influenciava negativamente em relação ao ato de votar. Para aqueles que se identificaram como militantes de partidos políticos, ainda que tenham indicado que não existe influência dos *media* nas suas decisões políticas, acreditavam que “... apesar de o objectivo [dos meios de comunicação] ser o de aproximar, acaba por afastar as pessoas por aquilo que ouvem” (Isabel). Pedro complementa: “Objectivamente, os *media* não nos afastam da participação política, mas todo o discurso em redor das política hoje em dia fomenta muito o discursos do “são todos iguais, não há alternativas”

No que diz respeito aos meios de comunicação utilizados pelos entrevistados para se informarem a nível político, a sua maioria refere a Televisão: principalmente o telejornal, como uma

forma de contacto mais generalizado. É referido pela maioria dos entrevistados que indicaram não participar como uma forma não-intencional de obter informação – “Se estiver a dar na televisão e se for algo que me chame a atenção vejo. Uso mais a televisão, nos jornais ou internet não procuro.” (Maria) ou “Apenas sei o que passa nas notícias que vejo na televisão. (...) e se ler um jornal, não tenho vontade de ler notícias de política porque não percebo” (Sara). Neste âmbito, três dos entrevistados indicaram também que apenas prestavam atenção às notícias quando estas focavam assuntos da sua área de estudo ou trabalho.

Também são referidos os cometários políticos, ainda que lhes seja feita a crítica de, na maioria das vezes, apenas representarem o ponto de vista dos dois partidos que têm formado governo, excluindo dos programas de horário nobre grande parte das opiniões de outra cor política. Margarida, refere que esse facto leva a um “desinteresse por parte das pessoas porque a bipartidarização da política faz sentir que as pessoas não têm possibilidade de alterar nada e por isso não participam”. Ao mesmo tempo, existe uma desacreditação dos próprios programas políticos, principalmente da parte dos indivíduos que passam a associar certos canais de televisão ou jornais com cores políticas: “Sinto que a maioria das fontes segue uma agenda partidária, não necessariamente do poder que governa mas do poder vigente nesse meio de comunicação. Sabemos que há pessoas que fazem parte do mundo político, que têm lugar nesses meios de comunicação e têm uma agenda política” (Tiago). Em específico, Pedro refere que a informação que recebem da televisão “limita a informação das pessoas e limita-lhes as opções” porque “o espaço político televisivo está repleto de *opinionmakers* que não são mais do que ex-governantes, ex-ministros, ex-digirentes partidários, nomeadamente dos partidos de poder”.

Das entrevistas destacamos também a opinião de André, que indica que, ainda que de forma inconsciente, os *media* têm sempre peso nas escolhas políticas dos indivíduos porque “influenciam a informação que nos chega, os meios de comunicação têm os seus interesses, há favoritismos; focam-se muito em determinados assuntos em detrimento de outros que se calhar eram mais relevantes.” Isto vai ao encontro daquilo que Bowers e Walker (2003) defendem: aquilo que recebemos dos meios de comunicação influencia fortemente aquilo que acreditamos ser importante, as opiniões e crenças sobre assuntos do foro político, principalmente se não tivermos formas de comparação.

Também Márcia avalia a informação disponibilizada pelos jornais e a televisão como “extremamente parcial” o que Tiago reforça: “vendo as notícias... é tão exaustivo, são sempre os mesmos pontos, só dão espaço para os partidos maiores e isso afasta as pessoas.”. Assim, é considerado que, através da internet, devido à grande variedade de fontes, é possível gerir a informação de uma forma mais independente. Daí que, para aqueles que procuram informar-se activamente a nível político, a informação recolhida na internet é considerada mais influente nas escolhas eleitorais, precisamente por ser considerada variada e possibilitando a escolha de pontos de vista ou o confronto de opiniões. A internet é, por isso, mais frequentemente utilizada como fonte de informação política para aqueles que têm interesse em participar, questionando sempre a credibilidade

das informações que recebem dos *media* tradicionais; os motivos são os já referidos, e, assim, procuram encontrar alternativas.

É necessário ressaltar, no entanto, que os três jovens militantes em partidos políticos, apesar de afirmarem utilizar a internet como fonte de informação, referiram que “actualmente” já não são influenciados pelas informações que recebem uma vez que a escolha eleitoral já se encontra previamente definida.

Na sua maioria, os entrevistados revelaram não sentir entraves à participação, tanto aqueles que já o fazem como aqueles que não consideravam ser cidadãos politicamente participativos, indicando que se o quisessem fazer, não encontrariam grandes obstáculos. Como entrave directo a uma forma de participação, foi apenas referido uma situação vivida pessoalmente: a necessidade de fazer o registo eleitoral para aqueles que atingiram a maioria antes de Outubro de 2008<sup>9</sup>, que um dos entrevistados considerou como algo que dificultou e o desmotivou da participação eleitoral. No entanto, a maioria dos entrevistados referiu a possibilidade de entraves participativos para outros cidadãos, nomeadamente para os emigrantes e algumas minorias. A percepção da maioria dos jovens que referiram esta situação, cerca de metade dos entrevistados, é que estes indivíduos não veem os seus interesses visados não só nas campanhas eleitorais como também políticas implementadas: “sem dúvida nenhuma, a política representa os interesses só de alguns indivíduos” (Diogo)

Ao longo das entrevistas os jovens que indicaram não participar referiram situações que podemos considerar como entraves, ainda que os mesmos não as identificassem como tal. Neste caso referimo-nos ao tipo de linguagem utilizada, que a caracterizaram como difícil de entender e levando ao desinteresse pelos assuntos relacionados com política. Também a participação e militância em partidos políticos foi referida, ainda que não tenha sido explorada a fundo: a ideia daqueles que não têm uma relação próxima com os partidos tende a ser dificultada, ainda que não impossível, pelo cumprimento de várias regras e exigências; a possibilidade de integração torna-se pouco aliciente, numa lógica ativista / participativa, mesmo para os que consideram, eventualmente, em participar: “É preciso uma grande maturidade, temos de saber o que vamos lá fazer, estamos a representar o nosso país, temos de saber o que estamos a dizer, por isso e que digo que é para pessoas crescidas, mais velhas.” (Maria). Da parte dos militantes de partidos, apenas Margarida referiu que “para se entrar em partidos e em algumas atividades é necessário certa formação, seguir regras que nem toda a gente tem interesse em fazer. Se não o fazem na escola não conseguem ou querem fazer nesses meios. A educação é por isso um entrave ainda que possa ser ultrapassada pelo interesse.”

---

<sup>9</sup>“(…)a partir de 26 de Outubro de 2008 as inscrições para o Recenseamento Eleitoral passaram a ser automáticas para todos os cidadãos portugueses residentes no território nacional e maiores de 17 anos.” *in* <http://www.portaldoeleitor.pt/Paginas/PerguntasFrequentes.aspx>

## 7. CONCLUSÕES

Com esta dissertação não nos é possível comparar a participação de todas as faixas etárias, suscitando, no entanto, o interesse para um estudo posterior. Todavia, é possível compreender que as entrevistas realizadas parecem comprovar a ideia que os resultados do voto os fazem sentir impotentes relativamente à decisão política, considerando que a sua participação não é relevante para o rumo político do país. No entanto, analisando as preferências de formas de participação, entre formas institucionais e aquelas consideradas alternativas, a realidade observada nas entrevistas apenas nos permite apontar que todos os entrevistados reconhecem o voto como forma de participação, quando questionados sobre “o que é para ti participação política” o que não aconteceu com os outros tipos. Tendencialmente, apenas os entrevistados que se consideravam como indivíduos participativos os indicaram.

Devemos ainda acrescentar sobre a eficácia do voto, que os jovens parecem reconhecer que, tendo em conta os resultados eleitorais face ao descontentamento da população que observam, o voto poderá não ser a forma de participação política mais eficaz. É, ainda assim, aquela que lhes é mais próxima e mais óbvia, uma vez que o peso cívico atribuído ao voto ainda é tido em conta pelos jovens quanto à percepção do seu papel enquanto cidadão.

A literacia política – que parece ter uma relação de proximidade com o grau académico, ainda que esta não seja uma relação linear – continua a destacar-se como uma chave para o espoletar do interesse pela participação cívica e política (Sloam, 2011). Daquilo que pudemos observar, essa dimensão demonstrou ter algum peso nas escolhas dos meios de comunicação utilizados pelos indivíduos, destacando-se aqui a escolha do uso da internet para fins políticos. Dos exemplos analisados, todos os indivíduos que seguiram os estudos para além do ensino obrigatório em Portugal<sup>10</sup> apresentaram uma opinião e envolvimento político mais ou menos intenso, por oposição aos restantes entrevistados que, na sua maioria, apresentaram um desinteresse face à temática, complementado por um conhecimento superficial e muito generalista da situação política do país.

Analisando ainda os inquéritos / entrevistas, relativamente à influência dos *media* na participação eleitoral dos jovens portugueses, as dimensões demográficas como género, ou mesmo as diferenças de idade dentro do próprio grupo de jovens, provaram não ter qualquer tipo de expressão significativa nas respostas, corroborando a perspetiva dos autores, como Lisi, Marchi e Evans (2012).

Ainda dentro da análise feita, podemos distinguir duas tendências: Para aqueles que já participam, os *media* parecem ser apenas um complemento a um posicionamento político já interiorizado, não influenciando, por isso, as escolhas eleitorais e participativas dos jovens entrevistados para um partido em específico. Por outro lado, para os jovens que não demonstraram ter um interesse participativo ou pelos acontecimentos políticos em geral, os *media* funcionam como o

---

<sup>10</sup> Consideramos neste caso até ao 12º ano de escolaridade.

único meio de contacto com a realidade política envolvente – ainda que não tenham demonstrado ser fortes o suficiente para os levar a participar.

Relativamente ao envolvimento com os diferentes meios de comunicação, a televisão, em geral, parece ser o meio de comunicação de primeiro contacto com a realidade política, onde os indivíduos, sem fazerem uma procura activa, mais facilmente se deparam com informação política. No entanto, conforme Howe (2004) referiu, podemos também verificar que é aquele que parece ter o efeito e a avaliação relativamente mais negativa no que toca à aquisição de conhecimento político de qualidade. Já a internet é mais frequentemente utilizada como fonte de informação política para aqueles que têm interesse em participar – isto porque questionam as informações que recebem dos *media* tradicionais, pelos motivos já referidos, e procuram encontrar alternativas. Ainda assim, a internet não parece ser, por si só, uma forma de incluir novos participantes mas apenas de possibilitar novas alternativas informativas àqueles que já o fazem.

Kenski e Stroud (2010) haviam já indicado que a utilização da internet não traz novos indivíduos à esfera política e cívica, uma vez que cada um tem o poder de determinar em grande parte o tipo de conteúdos aos quais vai estar exposto. Seguindo desta perspectiva, os indivíduos que acedem a informação política *online* serão praticamente os mesmos que já o faziam de outra forma e para os quais interesse pelos assuntos políticos é anterior ao uso da internet enquanto ferramenta de aquisição de informação e de participação. Para além disso, para os jovens integrantes em estruturas partidárias, a informação que recebem seja de qual o meio de comunicação, parece não ter um peso significativo, uma vez que a escolha eleitoral já está definida *à priori*, não só pela crença no partido que representam mas também pelo acesso privilegiado a informação que não é transmitida pelos *media*.

As críticas feitas à qualidade e forma de transmissão da informação parecem corresponder à análise teórica feita anteriormente, onde se aponta às indústrias de informação o enfoque no sensacionalismo aliado a agendas políticas, o que promove o cepticismo.

Reforçando esta ideia, as opiniões expressadas parecem confirmar o sentimento de *dissaffection* explorado ao longo da dissertação, sendo possível observar igualmente um sentimento de ineficácia em dois sentidos: Não só dos resultados da própria participação eleitoral, que parece não reflectir a insatisfação que os indivíduos revêm nos portugueses mas também um sentimento de ineficácia antecipada naqueles que não participam e que por isso mesmo, não sentem que esse envolvimento fosse relevante. O sistema político não é posto em causa em qualquer ocasião, mas os indivíduos em geral sentem uma falta de eficácia das formas de participação institucional.

Relativamente às formas de participação alternativas, o reconhecimento destas surge precisamente no seguimento da avaliação negativa que se faz dos resultados eleitorais mas, no entanto, esse sentimento não parece impelir os indivíduos a procurar participar dessa forma, pelo menos de uma forma sistemática – neste caso, a identificação ideológica tem um peso mais positivo na participação em greves, protestos ou reuniões nos locais de trabalho e estudo, sendo que apenas os



entrevistados que se situaram mais a esquerda no espectro político o indicaram como forma integrante da sua participação política.

## 8. BIBLIOGRAFIA

- Barreira, A. P. (2012). *A participação eleitoral em Portugal e na Europa – Um puzzle de contradições*. Universidade do Algarve.
- Bennett, L. (2004). Global media and politics: transnational communication regimes and. *Annual Review of Political Science*, 7. Consultado por Castells, Manuel (2009) “Communication Power”, Oxford University Press.
- Bhatti, Y., Hansen, K. M., & Wass, H. (2012). The relationship between age and turnout: A roller-coaster ride. *ELECTORAL STUDIES*(31), 588-593.
- Blais, A., (2000). *To Vote or Not to Vote: The Merits and Limits of Rational Choice Theory*. University of Pittsburgh Press, Pittsburgh. Consultado por Bhatti, Y., Hansen, K. M., & Wass, H. (2012). The relationship between age and turnout: A roller-coaster ride. *ELECTORAL STUDIES*(31), 588-593.
- Blanco, I. G. (2006). Blurring the boundaries: The dismantlement of the institutional and non-institutional politics dichotomy through the media-oriented strategies of new social movements and political parties. In d. a. Researching media, N. Carpentier, P. Pruulmann-Vengerfeldt, K. Nordenstreng, M. Hartmann, P. Vihalemm and B. Cammaerts (pp. 95-104). Tartu University Press.
- Bowers, J. R., & Walker, G. (2003). Public journalism and voting participation – results from a “media partnership” in Rochester, New York. In T. Y. Joe Harper, *Media, Profit, and Politics: Competing Priorities in an Open Society* (pp. 109-121). Kent: Kent state university press.
- Cardoso, G. (2006). *The Media in the Network Society: Browsing, News, Filters and Citizenship*. Lisboa: CIES - Centre for Research and Studies in Sociology.
- Carpentier, N. (2011). *Media and Participation*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Castells, M. (2009). *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press.
- Chomsky, N. (2006). *Failed States: The Abuse of Power and the Assault on Democracy*. Metropolitan Books.
- Dahl, R. (2000). *On Democracy*. Yale University Press.
- Dahlgren, P. (2006). Civic participation and practices: beyond “deliberative democracy”. In P. P.-V. Carpentier, *Researching media, Democracy and Participation*. Tartu University Press.
- Durant, R. F. (1995). The Democracy Deficit in America. *Political Science Quarterly*, 110(1), pp. 25-47. Consultado por Nabatchi, T. (2007). *Deliberative Democracy: The effects of participation on Political Efficacy*. Indiana: Indiana University.
- Figueiras, R. (2012). Os Media e as Eleições: Europeias, Legislativas e Autárquicas de 2009. In R. Figueiras (Ed.). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Franklin, M. (2004). *Voter Turnout and the Dynamics of Electoral Competition Since 1945*. Cambridge: Cambridge University Press. Consultado por Sloam, J. (2011). Introduction: Youth, Citizenship and Politics in Parliamentary Affairs. *Advance Access Publications*, pp. 4-12, 65.
- Gerber, A. S., Green, D. P., & Shachar, R. (2003). Voting May Be Habit Forming: Evidence from a Randomized Field Experience. *American Journal of Political Science*, 47 (3), 540-550. Consultado por Nabatchi, T. (2007). *Deliberative Democracy: The effects of participation on Political Efficacy*. Indiana: Indiana University.
- Giddens, A. (2002). *Runaway World. How Globalisation is Reshaping Our Lives*. London: Profile. Consultado por Jenkins, H., & Carpentier, N. (2013). Theorizing participatory intensities: A conversation about participation and politics. *Converge: The International Journal of Research into New Media Technologies*, pp. 2-22.

- Gomes, W. (2008). *Internet e Participação Política em Sociedades Democráticas*. Universidade Federal da Bahia.
- Hooghe, M. (2004). Political Socialization and the Future of Politics. *Acta Politica*, (39), 331–341. Consultado por Sloam, J. (2011). Introduction: Youth, Citizenship and Politics in Parliamentary Affairs. *Advance Access Publications*, pp. 4-12, 65.
- Howe, P. (2004). Political Knowledge and Electoral Participation in the Netherlands: Comparisons with the Canadian Case. *Canadian Political Science Association* (pp. 3-5). Winnipeg: University of Newbrunswick.
- Jenkins, H., & Carpentier, N. (2013). Theorizing participatory intensities: A conversation about participation and politics. *Converge: The International Journal of Research into New Media Technologies*, pp. 2-22.
- Kenski, Kate; N. S. (2010). Connections Between Internet Use and Political Efficacy, Knowledge, and Participation. *ournal of Broadcasting & Electronic Media*, 50(2), 173-192.
- Raynes-Goldie, Kate; L. W. (2008). Our Space: Online Civic Engagement Tools for Youth. (T. J. W. Lance Bennett., Ed.) *CivicLifeOnline: LearningHowDigital Media Can Engage Youth*, MA: The MIT Press.
- Kristina Llewellyn, J. W. (2009). Beyond Facts and Acts: The Implications of ‘Ordinary Politics’ for Youth Political Engagement. *International Journal - Citizenship Teaching and Learning*, Vol 5, No. 2.
- Lilach Nir, J. N. (2008). Campaign mixed-messages flows and timing of vote decision. *nternational Journal of Public Opinion Research*, 20(3), pp. 326-346.
- Lisi, M., Marchi, R., & Evans, A. M. (2013). Participação Política e Qualidade da Democracia. In A. C. Pinto, L. d. Sousa, & P. Magalhães, *A Qualidade da Democracia em Portugal – A Visão dos Cidadãos*. Lisboa: Publicações do ICS.
- Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, Classe Social e Status*. Zahar Editores: Rio de Janeiro. Consultado por Anttiroiko, Ari-Veikko (1998). “The Premises of Net Communication to Citizen’s Participation”. Universidade de Tampere.
- Millner, H. (2002). *Civic Literacy. How informed Citizens make Democracy Work*. Londres: University Press of New England.
- Milner, H. (2005). The Phenomenon of Political Drop-outs: Canada in comparative perspective. *Annual Conference of the Political Science Association*. Leeds.
- Montero, J. R., & M. Trocal. (2006). *Political Dissaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions and Politics*. Londres: Routledge.
- Moral, J. S., & Magalhães, P. (2008). *Os Jovens e política – Um estudo do Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Morales, L. (2009). *Joining political Organisations - institutions, mobilisation and participation in western democracies*. ECPR Press.
- Mutz, D. C. (2002). The consequences of cross-cutting networks for political participation. *American Journal of Political Science*, pp. 838-855. Consultado por Barreira, Ana Paula (2012). A participação eleitoral em Portugal e na Europa – Um puzzle de contradições. Universidade do Algarve.
- Nabatchi, T. (2007). *Deliberative Democracy: The effects of participation on Political Efficacy*. Indiana: Indiana University.
- Nieminen, H. (2006). What do we mean by a European public sphere? In P. P.-V. N.Carpentier, *Researching media, democracy and participation* (pp. 105-120). Tartu University Press.
- Norris, P. (2000). *A Virtuous Circle: Political Communications in Post-Industrial Societies*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

- Offe, C. (2006). Political Disaffection As An Outcome Of Institutional Practices? Some Post-Tocquevillean Speculations. In J. R. Montero, & M. Trocal, *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions and Politics* (pp. 23-45). Londres: Routledge.
- Silverstone, R. (2005). Mediation and Communication. In C. Calhoun, C. Rojek, & B. T. (eds.), *The Sage Handbook of Sociology*. London: Sage. Consultado por Cardoso, G. (2006). *The Media in the Network Society: Browsing, News, Filters and Citizenship*. Lisboa: CIES - Centre for Research and Studies in Sociology.
- Sloam, J. (2011). Introduction: Youth, Citizenship and Politics in Parliamentary Affairs. *Advance Access Publications*, pp. 4-12, 65.
- Smith, A. (2011). *The internet and campaign 2010*. Obtido de Pew Internet & American Life Project.
- Thompson, J. B. (1995). *The Media and Modernity*. Cambridge: Polity Press. Consultado por Cardoso, G. (2006). *The Media in the Network Society: Browsing, News, Filters and Citizenship*. Lisboa: CIES - Centre for Research and Studies in Sociology.
- Trocal, M., & Lago, I. (2006). Political participation, information, and accountability: some consequences of political disaffection in new democracies. In J. R. Montero, & M. Trocal, *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions and Politics* (pp. 308-332). Londres: Routledge.
- Verba, G., & Almond, S. (1966 [1963]). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press.
- Viegas, J. M., Santos, S., Faria, S., & Carreiras, H. (2010). Deliberação Democrática - As atitudes dos cidadãos e dos deputados e o funcionamento parlamentar. In J. M. Viegas, & S. Santos, *A Qualidade da Democracia em Debate - Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha* (pp. 43-61). Lisboa: Mundos Sociais.

## I. ANEXO A

### Caracterização Inicial

- ➔ Idade;
- ➔ Género;
- ➔ Formação Académica.

### Perguntas de Controlo

- ➔ O que é que é para ti participação política?
- ➔ Sentes que os media influenciam a tua posição enquanto participante / te afastam ou aproximam de determinadas formas de participação?

### Questionário

- ➔ Participas?
  - ➔ Se não:
    - Porquê?
    - Sentes dever cívico de votar?
    - Consideras que na escola / casa, foi desenvolvida essa consciência participativa
    - Identificação ideológica/partidária
    - Tentas informar-te sobre o que se passa a nível político? Através de que meios?
    - Sentes-te representado?
  - ➔ Se sim:
    - De que forma?
    - Porquê?
    - Identificação ideológica/partidária?
    - De onde vem essa vontade de participar? Sentes necessidade de representação?
  - ➔ Se votar:
    - Porquê?
    - Sentes dever cívico de votar?
    - Consideras que na escola / casa, foi desenvolvida essa consciência participativa?
    - É a forma mais eficaz de participação?
    - Sentes-te representado pela escolha eleitoral que tens?
    - Como te informas a nível político? Lês Jornais, Radio, TV (debates e telejornal?)
    - Como avalias a forma de com que a informação política te é transmitida?

- A tua escolha eleitoral é influenciada pelas informações que recebes dos media?

➔ Se não votar:

- Sentes dever cívico de votar?
- Consideras que na escola / casa, foi desenvolvida essa consciência participativa?
- Porque é que as outras alternativas são mais eficazes?
- Quais?
- Como te informas a nível político? Lês Jornais, Radio, TV (debates e telejornal?)
- Sentes-te representado?

➔ Sentes entraves à participação?

- A nível de acesso à informação
- A nível institucional (entrar em grupos, partidos, etc)
- A nível da educação formal
- Dificuldade a nível da integração cultural, linguagem, identidade. (Política direccionada para uma maioria)

## II. CURRICULUM VITAE

### INFORMAÇÃO PESSOAL

**Maria Bárbara da Cruz Perez Gonçalves Sequeira**

📍 Av. da Quinta Grande nº 11, 6ºB, 2610-153 Lisboa

### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

abr 14–Presente

#### Operadora de Telemarketing

Banco BPI, Lisboa (Portugal)

Realização de Inquéritos de Satisfação.

Apresentação de propostas de Seguros Vida e Não-Vida.

Venda de produtos bancários.

mar 13–ago 13

#### Operadora de Backoffice

PT Comunicações através da Randstad, Lisboa (Portugal)

Tratamento de processos relacionados com a adesão e manutenção de serviços fixos da PT Comunicações

jul 12–out 12

#### Estagiária na área de Relações Internacionais

EMEPC - Exestrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, Lisboa (Portugal)

Comunicação Institucional

Apoio Jurídico e na área de Relações Internacionais

### EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

set 12–mai 14

#### Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação na vertente de Comunicação Política

ISCTE-IUL

Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa (Portugal)

Desenvolvimento de capacidades de pesquisa e análise de dados.

Compreensão aprofundada das áreas de Sociologia da Comunicação, Política e Regulação dos Media Novos Media, Opinião Pública, Estatística e Práticas Discursivas.

set 13–jan 14

#### Participação no Programa Erasmus no âmbito do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação

Erasmus University Rotterdam, Roterdão (Países Baixos)

Durante o programa frequentei as cadeiras de *Statistics* e *Governing Urban Societies*.

jul 12–jul 12

#### Curso de Verão em Comunicação e Organização Política no Ramo Executivo

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na UNL

Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa (Portugal)

set 09–mai 12

#### Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - UNL

Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa (Portugal)

Compreensão sobre a área de Diplomacia, Teoria e História das Relações Internacionais, Instituições Internacionais, Filosofia Política, Estatística e Demografia.

## COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

Outras línguas

|        | COMPREENDER      |         | FALAR          |               | ESCREVER |
|--------|------------------|---------|----------------|---------------|----------|
|        | Compreensão oral | Leitura | Interação oral | Produção oral |          |
| inglês | C1               | C1      | C1             | C1            | C1       |

Níveis: A1 e A2: Utilizador básico - B1 e B2: Utilizador independente - C1 e C2: Utilizador avançado  
[Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas](#)

Competências de comunicação

Boa capacidade de comunicação e persuasão adquirida através do meu trabalho como operadora de telemarketing.

Grande à vontade para falar em público, desenvolvida ao longo do meu percurso académico

Competências de organização

Pensamento pragmático

Boas capacidades de trabalho sob pressão.

Rápida capacidade de aprendizagem e adaptação a novas situações.

Competência digital

| AUTOAVALIAÇÃO               |                     |                         |                   |                         |
|-----------------------------|---------------------|-------------------------|-------------------|-------------------------|
| Processamento de informação | Comunicação         | Criação de conteúdos    | Segurança         | Resolução de problemas  |
| Utilizador independente     | Utilizador avançado | Utilizador independente | Utilizador básico | Utilizador independente |

[Competências digitais - Grelha de auto-avaliação](#)

**Conhecimentos de informática na óptica do utilizador:** Microsoft Office, Siebel, CRM One, CIMS, SPSS.

Outras competências

**Fotografia** – autodidacta, incluindo formação a nível teórico de fotografia e fotojornalismo durante a licenciatura.

Colaboração para jornal de grupo associativo e reportagens fotográficas no âmbito musical.

Colaboração na Revista *Espalha Factos* e na Revista *Outsider* como fotógrafa e jornalista na área musical.

**Música** – 7º grau de Conservatório em Flauta Transversal na Orquestra Metropolitana de Lisboa.

Carta de Condução

B1, B